



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1015330-84.2015.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Saúde Mental**  
 Requerente: **Lenita José Vicente Anselmo**  
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **LENITA JOSÉ VICENTE ANSELMO** contra **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e **FABIANO VICENTE ANSELMO**, alegando em síntese, que é genitora do requerido Fabiano e que o mesmo é etilista crônico e usuário de drogas de longa data, motivo pelo qual requereu a concessão da liminar, bem como a procedência da ação, a fim de que o requerido Fabiano seja encaminhado para tratamento em clínica de internação ou em hospital adequado de forma compulsória.

Com a inicial (fls. 01/15), vieram documentos (fls. 16/29).

Concedido os benefícios da gratuidade judiciária e deferida a tutela (fl. 24).

Citada, a ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo contestou a ação (fls. 35/40), alegando, em síntese, falta do interesse de agir, pois não houve negativa da ré em fornecer o tratamento necessário ao autor. No mérito, alegou que, a ingerência de poderes, pois a pretensão deduzida não pode prosperar, sob pena de se subverter não só princípios constitucionais, como também prejudicar toda uma coletividade, em detrimento de um particular. Requereu a improcedência da ação.

Citado, o Município de Araraquara, contestou a ação (fls. 61/64), alegando, em síntese, que o corréu ainda goza de plenos direitos civis e não foi interditado, ou sequer ouvido a respeito da presente demanda. Aduziu, que a antecipação da tutela foi deferida antes mesmo do requerido ter tido oportunidade de contestar a presente ação. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 72/77.

Manifestação do requerido Fabiano às fls. 114/119.

Manifestação do Ministério Público, pugnando pela procedência da ação (fls. 123/127).

**É o Relatório.**

**Fundamento e Decido.**

O presente feito merece julgamento no estado em que se encontra, não havendo necessidade da produção de outras provas.

O relatório médico de fls. 22/23 atesta que a medida de internação do requerido Fabiano Vicente Anselmo era a adequada para sua situação.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

É cristalino o dever do Estado e do Município em prestar atendimento ao doente. Atender à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

saúde de todos é não negar atendimento adequado a cada um dos cidadãos necessitados.

Bem maior do que a vida humana não há. Prestar atendimento à saúde do autor é protegê-lo a vida, com indubitável apoio no interesse da coletividade, superior a qualquer dificuldade de ordem financeira e orçamentária, aliás, solucionável.

A corroborar esse entendimento, o seguinte aresto do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

*SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para a cura, controle ou atenuação de enfermidades - Admissibilidade - Dever político-constitucional de proteção à saúde que obriga o Estado em regime de responsabilidade entre as pessoas políticas que o compõem - Legitimidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para figurar no pólo passivo de demandas que visem à implementação do referido direito - Inteligência dos arts. 196 e 198 da CF (TRF - 2.a Reg.) RT 841/369.*

Nem mesmo a carência de recursos financeiros pode desonerar o Poder Público da sua obrigação de assistência à saúde.

Entendimento contrário implicaria em inadmissível restrição à norma constitucional que assegura o direito à vida e à saúde e impõe ao Poder Público o dever de prestá-lo de forma integral e completa (Constituição Federal, artigos 5º, 6º, 196 e 203; Constituição do Estado de São Paulo, artigos 219 e seguintes; Lei Federal nº 8.080/90; Lei Federal nº 9.313/96; Lei Complementar Estadual nº 791/95; Lei Estadual nº 11.259/02).

O relatório médico apresentado às fls. 22/23 demonstrou a necessidade da internação, até mesmo para salvaguardar a integridade física do próprio paciente e dos familiares, havendo informação de que seu comportamento era agressivo.

Além disso, a ausência de capacidade econômica da autora restou comprovada pelos documentos acostados aos autos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, para determinar que os réus providenciem, gratuitamente ao requerido **Fabiano Vicente Anselmo**, a internação de que esta necessita, **a qual já se efetivou**.

CONDENO os requeridos no pagamento das custas e despesas processuais e em honorários advocatícios no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

Isento a Fazenda Estadual dos ônus de sucumbência com fundamento na Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

P.I.C.

Araraquara, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**